

Por cerrados, matos e pantanais. As experiências de um pioneiro da arqueologia brasileira

Taming the wilderness: Experiences of a brazilian archaeology pioneer

Entrevista com Pedro Ignácio Schmitz¹

Maria Cristina Bohn Martins

mcris@unisinos.br

Jairo Rogge

rogge@unisinos.br

Pedro Ignácio Schmitz começou sua trajetória acadêmica como professor assistente de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Obteve posteriormente Livre Docência na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e, junto com ela, o título de doutor em História e Geografia. Mas é no campo da arqueologia que ele desenvolve seus mais importantes trabalhos e encontra motivação para dar continuidade a uma longa e bem-sucedida carreira. Desde 1987 ele é professor do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos e Diretor do Instituto Anchieta de Pesquisas na mesma Universidade. Além de ministrar seminários e realizar orientação para mestrandos e doutorandos, o Professor Schmitz continua coordenando importantes projetos de escavação em São José do Cerrito, Santa Catarina, e iniciando jovens investigadores no ofício do qual ele é um dos nomes mais importantes do país.

A entrevista que se segue, concedida por escrito aos professores Maria Cristina Bohn Martins e Jairo Rogge, também pesquisadores do PPG-História da Unisinos, procura retratar alguns dos caminhos da carreira acadêmica do Professor Schmitz e, através dela, da arqueologia que se fez e se faz no Rio Grande do Sul e no Brasil.

História Unisinos – Prezado Padre Ignácio, há alguns anos Eduardo Viveiros de Castro (1992), escreveu um artigo para a *Revista Estudos Históricos* do Rio de Janeiro, chamado “O campo na selva visto da praia”, em que ele rememora seu percurso como etnólogo americanista, ao mesmo tempo em que reflete mais amplamente sobre os caminhos da própria antropologia no Brasil. Nossa proposta ao senhor é a de conduzir esta entrevista como um esforço de reflexão que seja similar ao de Viveiros de Castro a fim de fazer, através da sua memória, uma narrativa e análise sobre a trajetória da arqueologia no Brasil. Valendo-nos do criativo título do artigo de Viveiros de Castro, sugerimos aqui para a sua reflexão algo como “O ‘sítio’ no campo, visto do gabinete”...

¹ Entrevista concedida aos professores Maria Cristina Bohn Martins e Jairo Rogge do PPG-História da Unisinos, em outubro de 2011.

Para iniciar, o senhor poderia nos falar um pouco da sua própria história e formação...

Pe. Ignácio Schmitz – Nasci em Bom Princípio, RS, em 30 de agosto de 1929. Tornei-me jesuíta em 1948. Estudei Humanidades em Pareci Novo, Filosofia e Teologia Católica em São Leopoldo, História e Geografia na UFRGS. Fiz concurso de livre-docência em Antropologia na PUCRS (1976) e com este título ganhei também o de doutor em História e Geografia, meu curso de referência. De 1958 a 1987, fui professor da UFRGS, primeiro como catedrático, depois como professor titular IV. Em 1963, comecei a lecionar Antropologia, Arqueologia e Pré-História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras² de São Leopoldo, da qual fui o último diretor. Participei da fundação da Unisinos, em 1969, e nela continuei trabalhando.

Em 1956, como jovem mestre no Colégio Anchieta, secretariei a reunião que fundou o Instituto Anchietano de Pesquisas³, do qual me tornei sócio fundador. Com a morte de seus idealizadores, P. Balduino Rambo⁴ e P. Luiz Gonzaga Jaeger⁵, coube-me dirigir a instituição durante quatro décadas. Atualmente sou coordenador de pesquisas do Instituto. Quando deixei a direção da Faculdade, pleiteei uma bolsa de pesquisa ao CNPq e me tornei chefe de pesquisa; atualmente sou bolsista pesquisador sênior do Conselho. Participei ativamente da fundação da Sociedade de Arqueologia Brasileira e fui seu primeiro presidente (1980) (Figura 1).

Meu primeiro trabalho em arqueologia brasileira é de 1956. Desde 1965, passo dois meses por ano em trabalho de campo. Realizei pesquisas sistemáticas nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Bahia e Pernambuco (Figura 2).

História Unisinos – Quando e como o senhor começou a se interessar pela arqueologia? Quais eram os nomes de referência nesta área (no Brasil e fora dele)? Isto é, quais os arqueólogos que o inspiravam?

Pe. Ignácio Schmitz – Quando, em 1958, o P. Balduino Rambo me convidou como seu assistente na cátedra de Antropologia e Etnologia da UFRGS, em Porto Alegre, ele me falou assim: “Não há ninguém fazendo arqueologia no Brasil. Você poderia fazer carreira.” A partir de então comecei a procurar oportunidades de treinamento.

Ainda em 1958, buscando melhorar meu conhecimento de Guarani, de que era professor, morei um mês no antigo colégio da redução jesuítica de San Ignacio Guaçu, no Paraguai. As reduções me ocuparam, depois, em muitos trabalhos, arqueológicos e históricos.

A segunda experiência, em 1960, foi nos contrafortes dos Andes, onde participei, durante dois meses, com estudantes da Universidade Nacional de Córdoba, de escavações arqueológicas, que abrangiam desde sítios milenares de caçadores indígenas até uma fortaleza incaica. O Dr. Alberto Rex González⁶, que dirigia os trabalhos, me ensinou a pensar arqueologia e me introduziu nas culturas andinas.

Em 1964, por ocasião de um ano de estudos na Áustria, estagiei durante três meses no Museu Etnográfico de Viena, no antigo palácio dos soberanos do Império Austro-Húngaro, e lá conheci tesouros arqueológicos e etnográficos de todo o mundo.

Ainda na década de 1960, em companhia de jovens universitários brasileiros, escavei dois sambaquis no litoral do Paraná, sob a orientação da francesa Dra. Annette Laming-Emperaire⁷, com a qual aprendi as

² A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo começou em 1953 com a abertura para os leigos do curso de Filosofia antes destinado exclusivamente à formação de jesuítas. Nos prédios em que haviam funcionado os cursos de Filosofia e de Teologia para a formação do clero do Sul do Brasil, no centro da cidade de São Leopoldo, ela foi instalando diversos cursos, que, em 1969, se constituíram numa das bases da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

³ O Instituto Anchietano de Pesquisas foi fundado em 1956, no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, reunindo pesquisadores jesuítas de diversas instituições da Província do Brasil Meridional: o Colégio Anchieta, o Colégio Catarinense, a Escola Apostólica de Salvador do Sul, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo e a Missão de Diamantino. A proposta de seus fundadores, Luis Gonzaga Jaeger e Balduino Rambo, era de constituir uma instituição jesuítica que abrangesse todos os campos científicos, o que, naquele momento, parecia viável porque havia muitos jesuítas e muitas vocações para a congregação. Dificuldades dos anos 60 acabaram por impor limitações a este plano, e as décadas seguintes foram reduzindo progressivamente a abrangência do Instituto e o número de pesquisadores. A sede da instituição esteve no Colégio Anchieta até 1963, onde se encontrava a maior parte de seus associados; com a morte de seus promotores e de diversos de seus pesquisadores, o IAP foi transferido para junto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo, núcleo original da UNISINOS, onde se encontra até hoje, com sede própria, na rua Brasil, 725.

⁴ Balduino Rambo (1905-1961), natural do município de Tupandi, RS, era professor de História Natural no Colégio Anchieta de Porto Alegre, catedrático de Antropologia e Etnologia e de Etnografia do Brasil e Língua Tupi-Guarani na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da URS e funcionário da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Dotado de reconhecida inteligência e excelente oratória, ele exercia liderança em todos os setores em que atuava: no colégio, na Universidade, na Secretaria de Cultura e entre os agricultores alemães católicos do Sul do Brasil, que orientava religiosa, econômica e socialmente. A abrangência sonhada para o Instituto Anchietano é o reflexo de sua personalidade.

⁵ Luiz Gonzaga Jaeger (1889-1963), natural de Ivoti, RS, exerceu várias funções no Colégio Anchieta. A partir dele, atendia paróquias e comunidades religiosas. Dedicou-se intensamente à tarefa de escrever a história dos jesuítas no Brasil e na Província Sul-Brasileira, juntamente com a promoção de suas obras e de seus nomes mais expressivos. Escreveu, assim, uma biografia de Roque González de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e João del Castillo, chamados “mártires” da missão junto aos Guarani e dedicou-se a buscar estabelecer o local exato em que foram mortos. O mesmo esforço dedicou para o caso do Padre Cristóvão de Mendonça.

⁶ Alberto Rex González, doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia nos EUA em 1954, desenvolveu importantes estudos sobre as culturas pré-colombianas da América do Sul. Uma de suas maiores contribuições consistiu no estabelecimento de uma periodização relativa ao Noroeste Argentino. Rex González foi pioneiro na aplicação do método de datação por Carbono 14 na América do Sul, tendo-o utilizado para datar os materiais resultantes da escavação da gruta “Inti Huasi” em San Luis, Argentina. Ele foi diretor do Museu Etnográfico da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (1984-1987) e chefe da Divisão Arqueológica do Museu de La Plata (1984-1989). Atuou também como professor nas universidades de La Plata, Buenos Aires, Litoral y Córdoba.

⁷ Annette Laming Emperaire, professora de Arqueologia na Sorbonne, esteve à frente da Missão Franco-Brasileira que, sob a chancela da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), atuou na região de Lagoa Santa (1974 e 1976) realizando importantes escavações, principalmente na Lapa Vermelha de Pedro Leopoldo. Durante estes trabalhos, Laming Emperaire encontrou o mais antigo esqueleto humano do Brasil, o qual recebeu, posteriormente, o apelido de Luzia, que lhe foi dado pelo biólogo Walter Alves Neves, responsável, também, pela datação do mesmo, para o qual atribuiu 11,4 mil anos.



Figura 1. 3º Simpósio de Arqueologia da Área do Prata, realizado no Instituto Anchieta de Pesquisas, em 1969. Da esquerda para a direita: Pe. Pedro Ignácio Schmitz (IAP/UNISINOS), Irmão Guilherme Naue (PUCRS), Frei Danilo Lazarotto (FIDENE, Ijuí), Pe. João Alfredo Rohr (Colégio Catarinense, SC) e Profa. Margarida Davina de Andreatta (USP). Foto: autor desconhecido.

Figure 1. 3rd Plata Area Archaeological Symposium, at *Instituto Anchieta de Pesquisas*, in 1969. From left to right: Pedro Ignácio Schmitz (IAP/Unisinos), Guilherme Naue (PUC-RS), Danilo Lazarotto (FIDENE, Ijuí), João Alfredo Rohr (Colégio Catarinense, SC) e Margarida Davina de Andreatta (USP). Photo: unknown author.

minúcias da escavação à francesa⁸ (Figura 3).

Em 1970/1971, voltei à Argentina, durante um ano, para estudar Arqueologia e Antropologia na Universidade de La Plata. Lá encontrei novamente ao Dr. Alberto Rex González, que foi meu orientador, e ao Dr. Eduardo Mário Cigliano⁹, com os quais estudei e publiquei trabalhos; também encontrei o professor peruano Augusto Cardich¹⁰, que ensinava culturas andinas; ele me recomendou a seus conterrâneos para uma visita de um mês aos museus, institutos e ruínas de seu país e, depois, ainda me abriu as portas para outro mês no México e na Guatemala.



Figura 2. 1º Encontro de Arqueologia e Antropologia do RS – Caxias do Sul, década de 1970. Pedro Ignácio Schmitz é o segundo a partir da direita. Foto: autor desconhecido.

Figure 2. 1st Rio Grande do Sul Archaeological and Anthropological Meeting – Caxias do Sul, 1970s. Pedro Ignácio Schmitz is the second from the right. Photo: unknown author.

Quem patrocinou carinhosamente minha carreira desde 1965 foi a arqueóloga norte-americana Betty J. Meggers,¹¹ da Smithsonian Institution, Washington DC, que me proporcionou um curso de treinamento no Chile e um estágio de cinco semanas no Museu de História Natural de Washington, USA. E, durante 30 anos, pagou todas as minhas datações de C-14 e forneceu bibliografia básica.

O resto de minha formação se compõe de leituras, reuniões com colegas e criatividade. Reconheço que não é uma formação controlada e sistemática, associando antropologia e arqueologia, mas foi o possível no tempo em que a pesquisa acadêmica e a pós-graduação ainda não se encontravam consolidadas no Brasil. Para sancionar estas experiências, em 1976, fiz concurso de livre-docência, que me deu também o título de doutor.

História Unisinos – O seu trabalho é, em vários sentidos, pioneiro na arqueologia brasileira. Quem fazia arqueologia no país quando o senhor iniciou neste ofício

⁸ A metodologia francesa de escavação envolve um trabalho minucioso no sentido de que as camadas naturais de solo são retiradas centímetro a centímetro, geralmente em áreas bastante amplas e usando apenas instrumentos delicados, como pincel ou, no máximo, espátulas. A área ao redor dos vestígios encontrados vai sendo limpa de forma que eles fiquem à mostra.

⁹ Eduardo Mario Cigliano (1926-1977) doutorou-se pela FCNyM – Facultad de Ciencias Naturales y Museo – da Universidade Nacional de La Plata em 1955, orientado por Rex González. Dirigiu o Instituto de Antropologia em Rosario e, na Universidade Nacional do Litoral, consolidou uma equipe de colaboradores e estudantes que o acompanhou em importantes investigações que dirigiu no “Valle de Santa María” na Província de Catamarca.

¹⁰ O engenheiro agrônomo peruano Augusto Cardich souou-se, em 1964, ao grupo da FCNyM em La Plata. Sua trajetória acadêmica até então havia sido formada especialmente a partir de estudos sobre os achados na gruta de Lauricocha (Peru), publicados em 1958 na revista portenha *Acta Prehistórica*. Desde 1967 foi titular da cátedra “Arqueologia Americana (culturas pre-cerâmicas)” da FCNyM.

¹¹ A arqueóloga norte-americana Betty Meggers doutorou-se pela Universidade de Columbia, com um trabalho intitulado *The Archaeological Sequence on Marajo Island, Brazil, with Special Reference to the Marajoara Culture* (A sequência arqueológica da Ilha de Marajó, Brasil, com uma referência especial à Cultura Marajoara). Ainda na Universidade de Columbia, conheceu Clifford Evans, curador e arqueólogo, que viria a ser seu marido e colaborador, inclusive nas várias expedições arqueológicas que ela realizou na América do Sul. Através de ambos foi implementado o PRONAPA – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, no Brasil. Ela faleceu em 02 de julho de 2012, aos 91 anos.



Figura 3. Equipe de pesquisa na região de Porto Nacional, TO, 1976. Pe. Pedro Ignácio Schmitz é o segundo a partir da direita, de pé. Foto: autor desconhecido.

Figure 3. Research team in the region of Porto Nacional, TO, 1976. Pedro Ignácio Schmitz is the second from the right, standing. Photo: unknown author.

(década de 50)? E como se fazia arqueologia então? Isto é, havia institutos, centros de pesquisa que pudessem atuar como suportes institucionais para os arqueólogos? E ainda, quais as linhas teóricas que predominavam na disciplina nesta época?

Pe. Ignácio Schmitz – Enquanto outros países latino-americanos já vinham estudando, há décadas, a história antiga de suas populações indígenas, o Brasil tem sua primeira lei de patrimônio arqueológico em 1961. E só em 1965 começam pesquisas sistemáticas com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), com duração de cinco anos, orientado por Betty J. Meggers e Clifford Evans, da Smithsonian Institution, com patrocínio do IPHAN e do CNPq. Este programa, que era executado por 11 jovens arqueólogos brasileiros¹², tinha por objetivo estabelecer a primeira sequência das culturas indígenas dos estados litorâneos brasileiros desde o Pará até o Rio Grande do Sul, com acento especial nas migrações dos grupos Tupi-Guarani. O enfoque do Programa era História Cultural com uma tendência evolucionista. Dizia: como as espécies

vegetais e animais são organizadas em classes, famílias, gêneros e espécies, assim as culturas podem ser classificadas em estruturas hierarquicamente escalonadas, chamando-se tradição cultural o correspondente ao gênero, e fase cultural o correspondente à espécie. Este era um dos enfoques no começo da arqueologia brasileira e marcou sua história.

Paralelamente ao PRONAPA, em 1965, o fundador do IPHAN, Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, começou a oferecer pequenas verbas a jovens professores universitários, cujos nomes já não lembro, encarregando-os de localizar, cadastrar e estudar sítios arqueológicos pelo Brasil afora, especialmente em áreas não atingidas pelo PRONAPA. Este foi meu chamado para a pesquisa e estas minhas primeiras verbas; minha credencial para tanto foi o fato de ser professor catedrático da UFRGS.

Com a bolsa de chefe de pesquisa do CNPq, acompanhada de bolsas de Iniciação Científica, Aperfeiçoamento, Pesquisa, além de mais verbas, conseguidas em 1970, passaram a não faltar recursos. O primeiro programa de pesquisa executado (1965-1972) reunia jovens pesquisadores e alunos de várias universidades do Rio Grande do Sul. Ele localizou centenas de sítios arqueológicos e fez a primeira definição das culturas indígenas do Estado, usando o enfoque e a metodologia dados pelo PRONAPA.

Em 1972, o reitor da Universidade Católica de Goiás, que era administrada por jesuítas, me convidou para ministrar um curso de arqueologia a jovens alunos e professores goianos, que buscavam um novo conteúdo para suas vidas; diversos tinham trabalhado como conscientizadores populares nas dioceses de Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga, ao tempo da revolta do Araguaia. Do convite resultou o Programa Arqueológico de Goiás (1973-1985, 1999), que cobriu os territórios de Goiás, Tocantins e Sudoeste da Bahia, transformando os cerrados do centro do Brasil numa das áreas mais conhecidas em termos de arqueologia.

Em 1985, o programa do cerrado, em convênio com a UFMS, se expandiu para o planalto e o pantanal do Mato Grosso do Sul, com expedições anuais até 2001 (Figura 4).

Em dois intervalos dos programas anteriores, foi escavada uma pequena gruta no sertão de Pernambuco (1983 e 1987) em colaboração com a Universidade Católica de Pernambuco, também administrada por jesuítas. Na base deste pequeno sítio, apareceu uma ocupação indígena de 11.000 anos e, na parte superior, datada entre 2.000 e 1.000 anos atrás, um cemitério com perto de 80 sepultamentos indígenas.

¹² Participaram deste projeto, *do Rio Grande do Sul*: José Proenza Brochado (UFRGS) e Eurico Th. Miller (Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul); *Santa Catarina*: Walter F. Piazza (UFSC); *Paraná*: Igor Chmyz (UFPR) e José Wilson Rauth (UFPR); *São Paulo*: Sílvia Maranca (Museu Paulista); *Rio de Janeiro e Minas Gerais*: Ondemar F. Dias Jr. (Instituto de Arqueologia Brasileira); *Espírito Santo*: Celso Perota (Museu de Arte e História do Espírito Santo); *Bahia*: Valentin Calderón (UFBA); *Rio Grande do Norte*: Nássaro A. de Souza Nasser (UFRN); *Pará*: Mário F. Simões (Museu Paraense Emilio Goeldi). Assim como nosso entrevistado, alguns destes arqueólogos permanecem em atividade.

O P. João Alfredo Rohr¹³ é considerado o maior escavador do Brasil. Quando ele morreu, em 1984, fui chamado, urgentemente, para dar continuidade à sua obra. Com isto, surgiu o Programa do Litoral Meridional, que já dura mais de 20 anos.

A pesquisa desenvolvida pelo IAP nos últimos dez anos está centrada no Planalto Meridional e procura entender a história dos antepassados dos índios Kaingang e Xokleng, desde que eles se deslocaram dos cerrados do Brasil Central uns 3.000 anos atrás.

História Unisinos – Na prática, como era fazer arqueologia? Em que consistiam as atividades que vocês desenvolviam? Quais eram as condições de trabalho?

Pe. Ignácio Schmitz – Nos inícios da pesquisa, a arqueologia era intensamente divulgada pelos meios de comunicação social e despertava grande interesse popular; e oferecia ao arqueólogo uma elevada compensação científica, social e emocional. Isto fascinava os jovens acadêmicos que vinham para formar equipes de pesquisa em todas as áreas de nossos programas. Estes jovens, por sua vez, se estabeleciam e criavam centros de investigação em suas universidades, transformando-as em plataformas para a continuidade do trabalho na região, com uso do mesmo enfoque e da mesma metodologia.



Figura 4. Pesquisa na Fazenda Bodoquena, pantanal do Mato Grosso do Sul, julho de 1994. Foto: José Luiz dos S. Peixoto.

Figure 4. Research in Fazenda Bodoquena, Mato Grosso do Sul lowlands, July 1994. Photo: José Luiz dos S. Peixoto.

Estes jovens não tinham medo de acampar no cerrado ou na caatinga, à beira de um córrego ou lagoa, às vezes em lugares sem água para o banho, comendo carne seca pendurada no mato, cheia de moscas e vespas. Eles eram treinados para, em quatro fins de semana, localizar 40 sítios arqueológicos numa área de 20.000 km², a superfície de nossos projetos no cerrado e na caatinga e também nossa cota anual de trabalho. E de ficar acampados, depois, mais 30 dias escavando um desses sítios (Figura 5).

Nossa proposta consistia em localizar os sítios arqueológicos em todo o território inexplorado do interior brasileiro, caracterizar o modo de vida das populações pré-históricas, datá-las por C¹⁴, mostrar sua diversidade e, depois, divulgar os resultados através dos meios de comunicação social, de congressos e publicações. Em todas as áreas em que atuamos, nossos trabalhos mereciam a página central dos grandes jornais; o rádio e a televisão traziam extensas entrevistas, havia conferências e cursos para o grande público. Se nosso destino era uma área desconhecida, a *Folha de S. Paulo* fazia uma reportagem



Figura 5. Equipe de pesquisa na escavação de sítio arqueológico no município de Taió, SC, janeiro de 2009. Na primeira fila, da esquerda para a direita: Marcus V. Beber, Fúlvio V. Arnt, André O. Rosa. Ao centro: Pedro I. Schmitz. Atrás: Vinícius L. da Silva. Foto: Jairo H. Rogge.

Figure 5. Research team excavating an archaeological site in Taió, SC, January 2009. In the front row, from left to right: Marcus V. Beber, Fúlvio V. Arnt, André O. Rosa. In the center: Pedro I. Schmitz. In the back: Vinícius L. da Silva. Photo: Jairo H. Rogge.

¹³ João Alfredo Rohr (1908-1984), natural de Arroio do Meio, RS, viveu sua vida adulta no Colégio Catarinense, em Florianópolis, SC, como professor, diretor, pesquisador e organizador do Museu, que leva seu nome. Especialmente depois que deixou as aulas, dedicou seu tempo à pesquisa e proteção dos sítios arqueológicos do Estado, ação que teve como consequência a preservação de um dos patrimônios mais ricos do país. Foi um dos primeiros sócios do Instituto Anchietano de Pesquisas; o Museu e o acervo devem muito a essa associação e contam com sua permanente assessoria.

prévia anunciando nossa chegada. Quando chegávamos ao lugar, o recorte do jornal estava colado na porta do açougue ou do armazém e aos curiosos bastava dizer: “Somos nós”.

Nossos trabalhos no Rio Grande do Sul deram origem ao Simpósio de Arqueologia da Área do Prata (1967-1969), que, no velho prédio do Instituto¹⁴, começou a reunir arqueólogos argentinos, uruguaios e brasileiros do Sul, Sudeste e Nordeste do país. O Seminário Goiano de Arqueologia (1976, 1978 e 1980) passou a ser o lugar da discussão do povoamento do cerrado e sediou a fundação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (1980). Com a nova organização, os arqueólogos passaram a se reunir a cada dois anos, ora numa, ora em outra universidade, transformando a arqueologia em um assunto nacional.

História Unisinos – Sua carreira foi construída em torno da arqueologia pré-histórica. Podemos dizer, sobre isto, que o trabalho do arqueólogo busca criar uma “história do primeiro povoamento do Brasil”, isto é, daquela colonização do território feita pelas populações indígenas, mostrando a diversificação de suas culturas e as formas de ocupação dos variados ambientes. Qual é sua contribuição para esta visão panorâmica?

Pe. Ignácio Schmitz – Um tema básico da arqueologia brasileira é o povoamento inicial do território. Embora alguns pesquisadores, especialmente ligados à França, divulguem datas maiores que 20.000 anos¹⁵, há consenso de que 12.000 anos é uma boa data de referência para este povoamento. É o que podemos demonstrar. Não se trata de mostrar apenas onde, quando e como isto se deu, mas de explicitar o processo de formação, transformação e diversificação cultural, tomando em consideração, entre outros, fatores internos, ambientais, climáticos e de relação entre culturas.

Grandes regiões naturais do Brasil parecem ter produzido tradições culturais antigas, cujos elementos básicos se perpetuaram através dos milênios, persistindo até períodos recentes. Assim, podemos falar de tradições culturais de populações caçadoras e coletoras do ambiente de cerrado e caatinga, de floresta amazônica, de pantanal, de campos e matos subtropicais e de litoral atlântico. Com exceção da floresta amazônica, todos os outros ambientes foram objetos de nossas pesquisas.

No ambiente de cerrado/caatinga, produzimos duas referências básicas: uma em Serranópolis, nos cerrados do sudoeste de Goiás, onde fizemos escavações em 40 grandes abrigos rochosos, e outra no sertão pernambucano de Brejo da Madre de Deus, onde escavamos um pequeno abrigo rochoso.

Em Serranópolis, os abrigos rochosos são grandes, secos e limpos. Tiveram a primeira ocupação humana 11.000 anos atrás. Pela densidade e continuidade da antiga ocupação, a conservação mesmo dos restos mais frágeis, a beleza dos instrumentos e a forma de sua divulgação, Serranópolis tornou-se referência básica para o povoamento do cerrado, sendo o material guardado na reserva técnica da PUCG e do IAP continuamente retomado por pesquisadores nacionais e estrangeiros para novas iluminações. Serranópolis¹⁶ fornece uma boa imagem do primeiro povoamento do cerrado, que cobre uma terça parte do território brasileiro. Lá pudemos distinguir abrigos em que os antigos habitavam durante milênios, outros em que intencionalmente lascavam a pedra para a produção de instrumentos, outros ainda em que acampavam por breves períodos de tempo para atividades diversas. Nas camadas de cinza de suas fogueiras, que podem alcançar espessuras de 2, 3 e mais metros e se estendem, às vezes, por mais de 1.000 m², podemos identificar, como num grande livro aberto, a sucessão das culturas, que só desapareceram depois da ocupação do cerrado, recentemente, por fazendeiros paulistas e mineiros. Nas densas camadas de cinzas, estão preservados seus instrumentos de pedra, de osso, de concha; os restos de suas comidas, principalmente os ossos calcinados de suas caçadas, as cascas dos ovos de ema, os peixinhos apanhados no rio próximo, os moluscos recolhidos no mato; os produtos de suas coletas de pequi, de coquinhos e de outros frutos e sementes do cerrado, além dos fragmentos das panelas de barro cozido dos moradores mais recentes. Naturalmente estão lá também os esqueletos de seus moradores milenares. Em nenhum dos locais em que acampavam, seja por muito, seja por pouco tempo, deixaram de transformar o ambiente pintando ou riscando as paredes com figuras de animais e humanos, ou complicados desenhos geométricos, que serviam de referência para identificar os lugares para as sucessivas gerações.

O pequeno abrigo rochoso de Brejo da Madre de Deus, no sertão nordestino, escavado junto com os

¹⁴ O IAP desenvolve seus trabalhos nos prédios em que teve início a Faculdade de Filosofia da qual se originou a Universidade do Vale do Rio dos Sinos. A UNISINOS, que por bastante tempo funcionou nesta que chamamos “Antiga Sede”, foi transferida para o “Novo Campus” na década de 80.

¹⁵ As datas mais antigas são propostas pela arqueóloga Niède Guidon, uma paulista que durante muitos anos lecionou na França, com seus fantásticos achados em São Raimundo Nonato, PI; suas datas antigas, de 30.000 até 50.000 anos, têm mais fácil aceitação por arqueólogos europeus do que por arqueólogos norte-americanos, que mantêm reticências sobre elas. O casal Denis e Águeda Vialou divulga achados com datas de aproximadamente 25.000 anos, associados a fósseis do período glacial, para o Mato Grosso, que são pouco discutidos. Outros arqueólogos brasileiros também já propuseram datas antigas, mas elas costumam não resistir à avaliação pela comunidade nacional.

¹⁶ Em vista de anos de trabalho ali realizados, o município de Serranópolis concedeu ao arqueólogo o título de cidadão honorário de sua pequena cidade, e a Universidade Católica de Goiás (PUCGO), o título de “doutor honoris causa”.

pesquisadores da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), fornece importantes elementos para a ocupação da caatinga, primeiro por caçadores indígenas que, no pequeno espaço coberto, acendiam suas fogueiras para preparar e comer as minúsculas presas apanhadas no sertão, principalmente o “mocó”, um pequeno mamífero semelhante à preá. Os vestígios desta primeira ocupação aparecem desde antes de 11.000 anos atrás e se estendem ao menos por quatro milênios. Depois de um período de desocupação, entre 2.000 e 1.000 anos atrás, o abrigo se transforma em cemitério para uma população mais densa que teria sua aldeia no sopé do morro em que se encontra o abrigo. Na escavação realizada, foram estudados perto de 80 sepultamentos, correspondentes a homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos, a melhor amostra biológica do homem indígena do sertão. A umidade dentro do abrigo era tão baixa que a maior parte dos esqueletos estava bem conservada apesar de sua avançada idade; algum ainda mantinha o cabelo na cabeça, e o cérebro seco dentro da caixa craniana; na altura da bacia de muitos esqueletos havia grande quantidade de resíduos fecais, que serviram para estudos de parasitas intestinais. Os sepultamentos tinham sido cuidadosos, e os esqueletos ainda conservavam todo o seu acompanhamento funerário de esteiras, redes, colares, flautas, tacapes e outros materiais, que permitem o estudo de muitos elementos de sua cultura material. Um dos esqueletos estava deitado sobre “colchonete” de fibras vegetais e envolto em duas esteiras de malha diferenciada, mais uma rede de malhas largas; um dos esqueletos, todo envolto em palha, tinha a cabeça enfiada num cestinho de trançado muito fino. Era comovente o tratamento dado às crianças, uma delas colocada num pequeno cesto, outra numa espata de palmeira¹⁷, outras ainda dentro de pequenos nichos construídos com pedras para defender o pequeno corpo da terra e dos animais. Os esqueletos deram oportunidade para uma tese de doutorado sobre a população indígena do sertão. Mas o conjunto dos dados da escavação precisa uma edição completa, na qual estou trabalhando.

Pesquisas semelhantes às do cerrado e da caatinga foram realizadas, durante nove anos, no Pantanal do Mato Grosso do Sul, onde descobrimos a primeira ocupação, datada de 8.400 anos atrás, no pátio de uma escola, sobre a barranca do Rio Paraguai. Nos milênios que se seguiram a esta primeira ocupação, o Pantanal se cobriu de sítios arqueológicos, representados principalmente por aterros de 50 a 100 m de diâmetro e 2 a 3 m de altura em que a

população indígena vivia quando as águas dos rios estavam altas e cobriam os campos. Trabalhamos vários anos ao longo do Rio Abobral, um dos afluentes do Rio Paraguai. Andando por seus campos, a cada poucas centenas de metros topávamos com um desses aterros. Observando, depois, o lugar numa imagem de Google Earth, pudemos contar mais de 300 sítios enfileirados como rosários em terraços sucessivos de expansão do rio. Quando as águas da enchente novamente desocupavam os campos e voltavam ao leito do Paraguai, a população dos aterros também retrocedia para a beira das grandes lagoas, onde os recursos continuavam abundantes, levando consigo os restos mortais dos que tinham morrido nos acampamentos. Junto dessas lagoas existem cinco grandes lajedos, cobertos por mais de 3.000 m² de gravuras indígenas que, pacientemente, copiamos.

Ao tempo da conquista, o Pantanal era ocupado por tribos indígenas provenientes da Amazônia, do Planalto brasileiro e do Chaco paraguaio.

A pesquisa do Pantanal, além de um minucioso relatório científico, rendeu mais oito dissertações e uma tese¹⁸.

O ambiente subtropical do sul do Brasil também foi povoado ao redor de 12.000 anos atrás, dando origem a uma cultura de caçadores indígenas, que ocupou todo o território de clima temperado e perdurou até 1.000 anos de nossa era. Em seus assentamentos, são encontradas muitas pontas de flecha em pedra lascada, que passaram a constituir sua característica diagnóstica. Os lugares onde mais foram estudados são os abrigos rochosos da borda do planalto meridional, mas hoje também se conhecem numerosos acampamentos a céu aberto nas matas da encosta. Pessoalmente tenho uma relação antiga com um desses abrigos, datado de 8.400 anos atrás. Ele fica atrás da casa em que nasci, e nele muito brinquei como menino. Em 1970, eu o escavei e tive a surpresa de sua idade. Será que isto influiu na minha vocação para a arqueologia?

Outra forma de povoamento indígena do território brasileiro são os sambaquis, montes de conchas e ossos de peixes encontrados ao longo do litoral atlântico, desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul. Os mais antigos alcançam 8.000 anos, e os mais novos são do primeiro milênio de nossa era. Fiz algumas escavações, mas minha ligação com eles está mais associada à publicação das escavações do P. João Alfredo Rohr, S.J., por cuja obra me tornei responsável.

Todas estas populações viviam da caça e da apanha de bens que a natureza espontaneamente oferecia. Mas

¹⁷ Capa que recobre o cacho da palmeira.

¹⁸ Dissertações: Maribel Girelli, sobre os lajedos com gravuras rupestres (1994); Paulo Marcos Esselin, sobre a gênese histórica de Corumbá (1994); Jorge Eremites de Oliveira, sobre os índios Guató (1995); José Luiz dos Santos Peixoto, sobre a ocupação da tradição tupi-guarani (1995); Maria Eunice J. Schuch, sobre os índios Xaray e Chané (1995); Ana Lucia Herberts, sobre os índios Mbayá-Guaicuru (1998); Magna Lima Magalhães, sobre os índios Payaguá (1999); Doris Cristina C. de A. Cypriano, sobre os índios Toba (2000). Tese: José Luiz dos Santos Peixoto, sobre a ocupação indígena pré-colonial dos grandes lagos do Pantanal (2003).

depois desse povoamento milenar, as regiões referidas foram ocupadas por gente cuja sustentação dependia de cultivos, nos cerrados, na caatinga, no pantanal, no planalto meridional e na campanha rio-grandense. Para a maior parte dessas culturas fizemos estudos pioneiros. Minha tese de livre-docência, “Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS”, fixou as bases do que conhecemos sobre as populações indígenas mais meridionais do país, que se supõe tenham sido os antepassados dos Minuanos.

História Unisinos – Sabemos que sua pesquisa mais recente se desenvolve no planalto meridional, com projetos em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, relacionados à história dos índios Kaingang. Como trabalhar a construção dessa história? A arqueologia convida os historiadores a reverem suas narrativas sobre o passado?

Pe. Ignácio Schmitz – A história dos índios Kaingang, hoje em número de 25.000 pessoas, serve para mostrar o que fizemos também nas outras regiões brasileiras com as populações que sucederam aos caçadores e coletores antigos. Estudando sua língua, os especialistas concluíram que os antepassados teriam saído dos quentes cerrados do Brasil Central, ao redor de 3.000 anos atrás, filtrando-se pelos frios campos do planalto meridional, onde, aos poucos, criaram uma cultura adaptada. Este planalto ainda teria pouco mato, e, se havia pinheiros, estes ainda estariam dispersos. Dos primeiros 1.500 anos de sua pleiteada presença no planalto meridional só temos duas datas de aproximadamente 500 a. C., no planalto de Santa Catarina, e carvão disperso de suas fogueiras campestres, que aparece nas sondagens feitas para estudo de pólen. Mil anos depois, no fim do século VI de nossa era, encontramos as primeiras “ruínas” de seus acampamentos. São conjuntos de depressões circulares no solo, com 5 a 10 metros de diâmetro e 2 a 4 metros de profundidade, conhecidas como “casas subterrâneas”, ou “buracos de bugre”. Cada depressão é o centro de uma habitação; sobre a depressão se levantava uma alta estrutura feita com troncos e palha, criando uma choupana. Dentro e ao redor dessas choupanas estão restos de fogueiras com muito carvão e alguns instrumentos de pedra, além de fragmentos de panelas de barro.

Em janeiro de 2011, estudamos o maior desses aglomerados, com 107 destas “casas subterrâneas”, no Rincão dos Albinos, no planalto de Santa Catarina. O sítio corresponde ao tempo em que os pinheiros começavam a se expandir da encosta para o planalto. Os numerosos buracos, representando a volta ao mesmo lugar no decorrer de quatro séculos, desde o século VI ao X de nossa era, insinuam que aí tenha existido um grande pinheiro pioneiro, no qual os grupos, que migravam pelo planalto,

se vinham abastecer anualmente de pinhão, que se tornou a base de sua alimentação.

Em pesquisa anterior, tínhamos estudado junto à foz do Rio Paranaguá, também em Santa Catarina, um grande cemitério atribuído ao mesmo grupo, cujas datas coincidem com as do sítio do Rincão. Nele, a população, que migrava pela planície costeira e a encosta do planalto, fora depositando seus falecidos, dando-lhes o tratamento compatível com o momento da morte e a possibilidade de transporte para o cemitério. Os que morriam quando o grupo estava próximo seriam enterrados com o corpo ainda inteiro. Os falecidos no tempo em que o grupo estava migrando em direção a áreas afastadas primeiro teriam o corpo exposto para decomposição da carne e, na oportunidade conveniente, o levariam ao cemitério carregando os ossos secos num cesto, onde costumavam juntar restos de mais indivíduos. Em circunstâncias semelhantes, os ossos secos podiam ser cremados e as cinzas carregadas num cesto, juntando restos de até oito indivíduos. A cremação dos mortos é uma característica dos índios Xokleng, um dos grupos migrantes que sobreviveram. A maneira de depositar os mortos é típica de uma população que não tem assentamentos estáveis, mas precisa um lugar de fácil reconhecimento para depositar os falecidos, venerar os antepassados e recompor os clãs substituindo os membros desaparecidos por meninos nascidos nesse tempo (Figura 6).

Nestes dois sítios, captamos, por primeira vez, o grupo que, antes disto, seria tão móvel, disperso, e talvez pequeno, para deixar marcas legíveis de sua passagem.

Segundo os paleobotânicos, o pinheiro teve sua expansão pelo planalto a partir do século X; outra expansão mais intensa teria ocorrido a partir do século XII de nossa era, cobrindo as terras altas do sul. Como o pinhão se fora tornando a base alimentar do grupo indígena, atrás da expansão dos pinheirais, expandiram-se as “casas subterrâneas”. Elas se tornaram maiores, com ocupação mais permanente, e entre os pequenos conjuntos de casas espalhadas por todo o planalto apareceram estruturas rituais, que os arqueólogos chamam “danceiros” (grandes círculos de terras aplanadas cercadas por taipas, encerrando um ou mais montículos de terra). Os mortos agora, muitas vezes, eram depositados em grutas ou abrigos rochosos próximos ou, então, eram enterrados ao lado das casas. Do século VI a meados do século XIX surgiram, assim, centenas de sítios, somando milhares de “casas subterrâneas”.

Estes primeiros moradores não só povoaram todo o planalto, mas se expandiram para a encosta e, junto ao mar, construíram grandes aldeias, que viviam da pesca. O P. João Alfredo Rohr, S.J. escavou três dessas aldeias, onde não só recuperou milhares de seus instrumentos, restos de panelas de barro e toneladas de restos alimentares, mas



Figura 6. Escavação de casa subterrânea no município de São José do Cerrito, SC, janeiro de 2010. Foto: Marcus V. Beber.

Figure 6. Excavation of a pit house in São José do Cerrito, SC, January 2010. Photo: Marcus V. Beber.

também várias centenas de esqueletos, conservados hoje no Museu do Colégio Catarinense, em Florianópolis.

Os índios Kaingang e Xokleng de hoje não lembram a trajetória de seus antepassados e não identificam seus antigos assentamentos. Ainda têm necessidades anteriores: garantir as terras e aldeias das reservas e investir na expansão para as cidades, o lugar da venda de seu artesanato.

O trabalho dos arqueólogos se propõe avivar esta memória, para os índios, para os moradores da região, para os acadêmicos brasileiros e, muito especialmente, para os promotores de turismo rural que aí estabeleceram suas pousadas campestres.

História Unisinos – A arqueologia é um campo em que a técnica ocupa um espaço de importância quase ímpar. Na história, os profissionais do ofício têm se debatido com as mediações que se estabelecem entre os instrumentos do método e o sujeito que opera com eles para elaborar conhecimento. Este tipo de reflexão também

ocupa os arqueólogos? Isto é, junto à técnica, há lugar para o sujeito, para o subjetivo e o sensível? Quando o senhor lida com assentamentos milenares em busca de seus detritos e tenta compreender a vida e a morte de seus moradores, que tipo de reações experimenta?

Pe. Ignácio Schmitz – O arqueólogo é um técnico altamente preparado para estudar comportamentos humanos, mas antes de tudo é um ser humano, que pensa e sente como todos os humanos. Quando, em razão de seu trabalho, ele remexe assentamentos milenares em busca de seus lixos e tenta compreender a vida e a morte de seus moradores, depara-se com problemas de ética e de sensibilidade.

De ética, porque ele entra na intimidade de seres humanos, que não conseguem defender-se da intromissão. Com eles, sua atitude será de respeito, especialmente quando estuda seus restos mortais, manipulando-os na estrita medida da necessidade e, sempre que possível, deixando-os descansar no lugar em que foram originalmente depositados. Ele já não os pode ajudar, mas os relatos de sua história têm de ser honestos e respeitosos.

Nós estudamos cemitérios indígenas no Brejo da Madre de Deus, PE, no Pantanal, MS, em Vacaria, RS, em Içara e outros lugares de Santa Catarina (Figura 7). Dos sepultados nós queremos saber: sexo, idade, alimentos consumidos durante a vida, enfermidades e traumatismos sofridos, inclusive a maneira como os seus queridos os prepararam para sua deposição. A sensibilidade do arqueólogo é fortemente provocada quando ele vai, lentamente, desvelando velhos ossos com um fino pincel de cabelo para dar realce a todas as formas, permitir uma adequada documentação e coleta do material. Na escavação no Brejo da Madre de Deus, lembro o impacto causado pelo corpinho de um feto, todo dobradinho num pequeno cesto com apenas 1 palmo de largura, ou uma criança cujo caixãozinho era uma espata de palmeira, e de várias crianças para as quais os pais tinham construído pequenos nichos com algumas pedras para defender o pequeno corpo da terra e da voracidade dos animais. Havia também homens e mulheres sem um dente sequer na boca, que deveriam ter passado fome na dura vida do sertão. Ao lado destes um homem muito bem tratado, que não tinha sido apenas envolto em palha para o sepultamento, como a maioria, mas estava deitado sobre colchonete de finas fibras e envolto em duas boas esteiras de trançado diferente e mais uma rede. Também não posso esquecer a atitude de uma colega, que durante dois dias ficou pincelando os ossos quebrados de um esqueleto antigo numa gruta de Goiás, chorando sem parar.

Há muitas outras sensações num trabalho de campo. Depois de escavar, com pincel de cabelo, 1,70



Figura 7. Localização das áreas pesquisadas dentro dos programas arqueológicos do IAP.

Figure 7. Location of the research areas within the archaeological programs held by IAP.

m de camadas de cinza, durante 45 dias de trabalho superminucioso, alcançamos o primeiro momento da ocupação do abrigo, datado de 10.500 anos atrás. Era a primeira vez que chegávamos aos inícios da ocupação do cerrado do Brasil Central, e a comoção era enorme. Havia necessidade de comemorar. Como? Representando, ao vivo, o primeiro casal chegando na grande gruta, como se fossem Adão e Eva.

Documentamos muitas grutas em cujas paredes os antigos moradores tinham pintado ou riscado, à sua maneira, suas vivências de caça, de guerra, de sexo, de família, de descanso, além de muitas representações que, para nós, poderiam ser composições geométricas ou meros rabiscos. Chegar, por primeira vez, a uma gruta pintada de cima a baixo com figuras de animais, elementos geométricos e todo tipo de rabiscos, em cores contrastantes de preto, vermelho, amarelo e branco, me causava a sensação parecida à que tinha, nas minhas viagens pela Europa, ao entrar na penumbra de velhos templos medievais em que gerações e mais gerações rezaram, choraram, festejaram, perante os quadros das paredes, e deixaram representadas, nas paredes, lado a lado ou sobrepostas, suas expressões de fé.

Estas experiências são inerentes ao trabalho do arqueólogo, mas são vivências pessoais intransferíveis, que não entram nos relatórios nem fazem parte de suas conclusões.

História Unisinos – O senhor poderia comparar a arqueologia pioneira, aquela feita pelo Padre Rohr, por exemplo, com a arqueologia brasileira hoje?

P. Ignácio Schmitz – Nosso trabalho começou num Brasil sem arqueologia. Ele se destinava a descobrir quais eram as culturas espalhadas pelo território e qual seu desenvolvimento básico. Para isso, ele dispunha do enfoque histórico-cultural e da metodologia desenvolvida pelo PRONAPA. Os resultados corresponderam ao objetivo: grande parte do território tornou-se conhecida, e a história da ocupação foi escrita. A arqueologia passou a ser disciplina obrigatória nas universidades, e núcleos de pesquisa foram criados em diversas delas.

Os enfoques iniciais começaram a ser questionados a partir de novas abordagens teóricas e metodológicas trazidas de países como Estados Unidos, França, Inglaterra e até Alemanha. A partir dos anos de 1980, com a conso-

lidação da pós-graduação no Brasil, grandes e pequenas universidades abriram cursos de mestrado, seguidos de doutorado e treinamento pós-doutoral.

O único curso de graduação em Arqueologia, surgido nos primeiros anos de pesquisa, nasceu na tradicional e conceituada Faculdade de Direito Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, que desejava oferecer algo diferente, que desse prestígio e correspondesse às novas necessidades do país. O curso, depois de alguma dificuldade em estruturar o programa e o corpo docente, consolidou-se, formou diversas turmas de bons arqueólogos, mas encerrou as atividades. Na dissolução do programa podem ter influído a falta de reconhecimento legal da profissão, a competição de programas de pós-graduação surgidos em diversas universidades do país e a reorientação dos interesses da mantenedora.

A fundação da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em 1980, foi o incentivo para tirar os arqueólogos de seu isolamento institucional ou regional e para colocá-los em diálogo nacional.

Em 1986, a portaria do Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA, do Ministério do Meio Ambiente, determinava que toda intervenção na terra, pequena ou grande, deveria ser precedida por amplo estudo, incluindo a pesquisa arqueológica. Esta determinação abriu imenso espaço de trabalho para os arqueólogos, que não mais precisariam esperar a abertura de uma vaga na universidade para poderem sobreviver. Eles podiam constituir uma empresa de assessoria ou trabalhar autonomamente em contratos com empresas construtoras. A multiplicação de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros planos nacionais passou a exigir inúmeros profissionais: 40 para a Usina Hidrelétrica Belo Monte, outros 40 para a do Jirau, outros para duplicação de rodovias, a construção de ferrovias, de linhas de transmissão de energia, para a transposição das águas do São Francisco, para a mineração da Vale, além de inúmeras obras e construções de menor porte. Essa obrigação de reconhecer e resgatar o patrimônio arqueológico em qualquer parte em que houvesse obras mexendo com a terra transformou completamente a atividade dos arqueólogos. Noventa e cinco por cento deles trabalha, hoje, com arqueologia de contrato ou de projeto, liberando espaços para obras. Mesmo aqueles que estão nos programas de pós-graduação, professores e alunos, buscam ali parte de seus recursos.

No início, poucos arqueólogos se deslocavam de suas universidades no leste do Brasil para desvendar o interior do território nacional. Hoje, grandes empresas de assessoria têm escritórios espalhados pelo país e deslocam seus funcionários e colaboradores pelo território inteiro, onde quer que haja um serviço a fazer.

História Unisinos – Como se formam e qualificam estes profissionais? Podemos falar de uma “escola de arqueologia” no Brasil atual?

Pe. Ignácio Schmitz – Até muito recentemente, depois de fechar o curso da Universidade Estácio de Sá, os arqueólogos se formavam em cursos de História, de Geografia, de Ciências Naturais, de Geologia e procuravam aproximar seu conhecimento à prática através de um mestrado, um doutorado, até um pós-doutorado. A demanda atual de profissionais fez que surgissem, nos últimos anos, diversos cursos de bacharelado em Arqueologia, quase todos em universidades públicas, espalhadas de norte a sul, leste a oeste, pelo Brasil afora. Como todos estes programas exigiram determinado número de doutores em Arqueologia e o governo abriu concursos para o preenchimento destas vagas, hoje temos equipes de excelentes arqueólogos em todos os estados brasileiros, formando uma rede nacional de pesquisa arqueológica. Novos programas de pós-graduação se juntaram aos que já existiam, e não vai faltar demanda para eles. Só o da USP costuma iniciar o ano com 200 alunos e terminar com umas 80 defesas. É o maior, mas não o único programa.

Nesta efervescência, que junta no mesmo caldeirão profissionais de variada orientação teórica e metodológica, de procedência europeia e norte-americana, não se pode falar de uma escola brasileira de arqueologia, mas de um turbilhão instável com múltiplos modismos e pequenos núcleos. A regulamentação da profissão, tentada várias vezes, ainda não se efetivou. A demanda por trabalhos de contrato, nas obras que surgem por todo o Brasil, não permite aos efetivos das empresas de arqueologia muito mais que relatórios para liberar as áreas de construção, e a demanda dos programas de graduação e pós-graduação das universidades muito mais que acompanhamento de dissertações e teses. Tempo para refletir e consolidar é mercadoria escassa neste mercado, mas é necessário para criar alguma autonomia frente aos modismos internacionais.

História Unisinos – Em sua opinião, que relações se estabelecem entre a Arqueologia, a Antropologia e a História? Existe um “campo” comum, um terreno que seja de trânsito comum destas especialidades? E como os conhecimentos produzidos se compõem com os daqueles profissionais?

Pe. Ignácio Schmitz – As relações são muito escasas. Os campos de conhecimento ainda se mantêm separados em consequência da formação especializada de cada setor, dos enfoques teóricos e metodológicos usados e da forma como os resultados são divulgados. A maior parte dos relatórios produzidos pelos arqueólogos é técnica, difícil de

entender mesmo pelos pares. Existem bons livros sobre um setor específico: arte rupestre. Mas panoramas mostrando o modo de vida, a distribuição e a história das populações pré-coloniais do Brasil são difíceis de encontrar. Para possibilitar intercâmbio com antropólogos e historiadores, deve existir uma base comum de problemas, objetivos, enfoques e métodos. Por enquanto há muito trabalho e pouco tempo.

Nos projetos contratados pelas empresas sempre existe o item “educação patrimonial”, a obrigação de fazer a população local entender o trabalho e os resultados do arqueólogo. Mas usar o conhecimento adquirido com o estudo de populações indígenas para proveito da população nacional em geral já está sendo etiquetado, por alguns setores, de “colonialismo”.

História Unisinos – Para concluir, uma última pergunta: Como senhor valoriza a trajetória percorrida, o trabalho feito...

Pe. Ignácio Schmitz – Sobre o segundo ponto da questão, diria que valeu do ponto de vista dos resultados e do ponto de vista de satisfação pessoal. Nossos trabalhos procuram estabelecer esquemas básicos de culturas indígenas brasileiras, sua implantação, diversidade, desenvolvimento e história, que podem orientar novas pesquisas em grande parte do território nacional. Com os trabalhos arqueológicos realizados até o momento, já não se podem imaginar os índios brasileiros como recém chegados, culturalmente simples e sem uma história complexa, o que, aos poucos, deverá modificar os relatos que arqueólogos, antropólogos e historiadores fazemos sobre o povoamento do Brasil e a formação de seu povo.

Passados 50 anos de seu falecimento, devo reconhecer que o P. Balduino Rambo tinha razão quando me falou que eu poderia fazer carreira como arqueólogo num Brasil inexplorado. Sem falsa vergonha reconheço que pelo trabalho fui, sucessivamente, agraciado com a medalha do criador da Fundação do Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); ganhei o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, fundador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e o título e a bolsa de pesquisador sênior do CNPq.

Referências

- CYPRIANO, D.C.C. de A. 2000. *Os Toba do Chaco: missão e identidade século XVI, XVII e XVIII*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 211 p.
- ESSELIN, P.M. 1994. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso (1536-1778)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 172 p.

- GIRELLI, M. 1994. *Lajedos com gravuras na região de Corumbá, MS*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 176 p.
- HERBERTS, A.L. 1998. *Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 262 p.
- MAGALHÃES, M.L. 1999. *Payaguá: senhores do Rio Paraguai*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 181 p.
- MENDONÇA DE SOUZA, S.M.F. 1995. *Estresse, doença e adaptabilidade: estudo comparativo de dois grupos pré-históricos em perspectiva biocultural*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 254 p.
- OLIVEIRA, J.E. 1995. *Os argonautas Guatá, aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 210 p.
- PEIXOTO, J.L. 1995. *A ocupação tupi-guarani na borda oeste do Pantanal Sul-matogrossense: Maciço do Urucum*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 127 p.
- PEIXOTO, J.L. 2003. *A ocupação dos povos indígenas pré-coloniais nos grandes lagos do Pantanal Sul-mato-grossense*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- SCHUCH, M.E.J. 1995. *Xaray e Chané: índios frente a expansão espanhola e portuguesa no Alto-Paraguai*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 87 p.
- VIVEIROS DE CASTRO, E.B. 1992. O Campo na selva visto da praia. *Estudos Históricos*, 5(10):170-190.

Referências complementares

- BARBOSA, A.S.; SCHMITZ, P.I.; STOBÄUS, A.; MIRANDA, A.F. de. 1982. Projeto Médio Tocantins: Monte do Carmo, GO. Fase ceramista Pindorama. *Pesquisas, Antropologia*, 34:49-92.
- FERRARI, J.L.; SCHMITZ, P.I. 1983. O povoamento Tupiguarani no Baixo Ijuí, RS. *Pesquisas, Antropologia*, 35:1-132.
- GIRELLI, M.; SCHMITZ, P.I. 1998. Lajedos com gravuras no Pantanal do Mato Grosso do Sul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARTE RUPESTRE, Vila Real, Portugal, 1997. *Anais...* Vila Real, s/p.
- PEIXOTO, J. L.; SCHMITZ, P.I. 1998. A missão Nossa Senhora do Bom Conselho. *Pesquisas, História*, 30:133-156.
- ROGGE, J.H.; SCHMITZ, P.I. 2009. Pesquisas arqueológicas em São Marcos, RS. *Pesquisas, Antropologia*, 67:23-132.
- ROGGE, J.H.; SCHMITZ, P.I. 2010. Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no litoral norte do RS. *Pesquisas, Antropologia*, 68:167-225.
- SCHMITZ, P.I. (coord.). 2006. A ocupação pré-histórica do Litoral Meridional do Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, 63:1-364.
- SCHMITZ, P.I. Caçadores antigos no vale do Rio Caí, RS. 2010. *Pesquisas, Antropologia*, 68:79-108.
- SCHMITZ, P.I.; ROSA, A.O.; IZIDRO, J.M.; HAUBERT, F.; KREVER, M.L.B.; BITENCOURT, A.L.V.; ROGGE, J.H.; BEBER, M.V. 1999. Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas, Antropologia*, 55:1-164.

- SCHMITZ, P.I.; ARTUSI, L.; JACOBUS, A.L.; GAZZANEO, M.; ROGGE, J.H.; MARTIN, H.E.; BAUMHARDT, G. 1990. Uma aldeia tupiguarani. Projeto Candelária, RS. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos*, 4:7-130.
- SCHMITZ, P.I.; BASILE BECKER, I.I.; RIBEIRO, P.A.M.; BAUMHARDT, G.; BAUMHARDT, U.; MARTIN, H.; STEINHAUS, R.; BROCHADO, J.P. 1970. Arqueologia do vale do Rio Pardo, 1ª parte. *Pesquisas, Antropologia*, 23:1-68.
- SCHMITZ, P.I. 2011. *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS. Erechim, Habilis*. 219 p.
- SCHMITZ, P.I.; ARNT, F.V.; BEBER, M.V.; ROSA, A.O.; FARIAS, D.S. de. 2010. Casas subterrâneas no planalto de Santa Catarina: São José do Cerrito. *Pesquisas, Antropologia*, 68:7-78.
- SCHMITZ, P.I.; ARNT, F.V.; BEBER, M.V.; ROSA, A.O.; ROGGE, J.H. 2009. Taió, no vale do Rio Itajaí, SC. O encontro de antigos caçadores com casas subterrâneas. *Pesquisas, Antropologia*, 67:185-320.
- SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S.; JACOBUS, A.L.; RIBEIRO, M.B. 1989. Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central. Serranópolis I. *Pesquisas, Antropologia*, 44:7-208.
- SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, A.S.; MIRANDA, A.F. de; RIBEIRO, M.B.; BARBOSA, M. de O. 1996. Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central – Sudoeste da Bahia e Leste de Goiás: O Projeto Serra Geral. *Pesquisas, Antropologia*, 52:7-198.
- SCHMITZ, P.I.; BARBOSA, M.O.; RIBEIRO, M.B. 1997. *Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. As pinturas do Projeto Serra Geral. Sudoeste da Bahia*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, Publ. Avulsas 12, 116 p.
- SCHMITZ, P.I.; BASILE BECKER, I.I.; LA SALVIA, F.; LAZZAROTTO, D.; RIBEIRO, P.A.M. 1988. Pesquisas sobre a tradição Taquara no nordeste do Rio Grande do Sul. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos*, 2:5-75.
- SCHMITZ, P.I.; BITENCOURT, A.L.V.; VERARDI, I. 1996. Laranjeiras I, Pântano do Sul e Cabeçadas. *Pesquisas, Antropologia*, 53:1-193.
- SCHMITZ, P.I.; BROCHADO, J.P. 1982. Petroglifos do estilo pisadas no centro do Rio Grande do Sul. *Pesquisas, Antropologia*, 34:3-47.
- SCHMITZ, P.I. 1997. *Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central. Serranópolis II. As pinturas e gravuras dos abrigos*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, Publ. Avulsas 11, 161 p.
- SCHMITZ, P.I.; COPE, S.M.; BARBOSA, A.S. 1979. Sítios de petroglifos nos projetos Alto-Tocantins e Alto-Araguaia, Goiás. *Pesquisas, Antropologia*, 30:1-73.
- SCHMITZ, P.I.; DE MASI, M.A.N.; VERARDI, I.; LAVINA, R.; JACOBUS, A.L. 1993. O sítio arqueológico da Armação do Sul. *Pesquisas, Antropologia*, 48:1-220.
- SCHMITZ, P.I.; GIRELLI, M.; ROSA, A.O. 1997. Pesquisas arqueológicas em Santa Vitória do Palmar. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos*, 7:1-95.
- SCHMITZ, P.I.; RIBEIRO, M.B.; BARBOSA, A.S.; MIRANDA, A.F. de. 1986. *Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central. Caipônia*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, Publ. Avulsas 8, 334 p.
- SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H.; ARNT, F.V. 2000. Sítios arqueológicos do Médio Jacuí, RS. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos*, 8: 1-238.
- SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H.; ROSA, A.O.; BEBER, M.V. 1998. Aterros indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul. *Pesquisas, Antropologia*, 54:1-271.
- SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H.; ROSA, A.O.; BEBER, M.V.; FREITAS, E.A.V. de. 2009. Aterros da tradição Pantanal nas fazendas Sagrado Coração de Jesus e Bodoquena, Corumbá, MS. *Pesquisas, Antropologia*, 67:321-374.
- SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H.; ROSA, A.O.; BEBER, M.V.; MAUHS, J.; ARNT, F.V. 2002. O projeto Vacaria: casas subterrâneas no planalto rio-grandense. *Pesquisas, Antropologia*, 58:11-105.
- SCHMITZ, P.I.; ROSA, A.O.; BITENCOURT, A.L.V. 2004. Serranópolis III. *Pesquisas, Antropologia*, 60:1-286.
- SCHMITZ, P.I.; SANDRIN, C. 2009. O sítio Lagoa dos Índios e o povoamento guarani da planície costeira do Rio Grande do Sul. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos*, 11:89-134.
- SCHMITZ, P.I.; VERARDI, I.; DE MASI, M.A.N.; ROGGE, J.H.; JACOBUS, A.L. 1993. O sítio arqueológico da Praia das Laranjeiras II. Uma aldeia da tradição Itararé. *Pesquisas, Antropologia*, 49:1-141.
- SCHMITZ, P.I.; WÜST, I.; COPE, S.M.; THIES, U.M.E. 1982. Arqueologia do Centro-Sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, 33:1-281.
- SILVA, S.B. da; SCHMITZ, P.I.; ROGGE, J.H.; DE MASI, M.A.N.; JACOBUS, A.L. 1990. O sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Pesquisas, Antropologia*, 45:1-210.

Maria Cristina Bohn Martins
 Universidade do Vale do Rio dos Sinos
 Av. Unisinos, 950, Cristo Rei
 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil

Jairo Rogge
 Universidade do Vale do Rio dos Sinos
 Av. Unisinos, 950, Cristo Rei
 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil